

# DF - Saúde MP faz nova denúncia contra Bernardino

Secretário é acusado de desobedecer Justiça na distribuição de remédios

PAULA BITTAR

O titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Sistema Único de Saúde (PROSUS), Jairo Bisol, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, entrou com representação junto ao procurador-geral de Justiça do DF, Eduardo Sabo, contra o secretário de Saúde Arnaldo Bernardino por crime de responsabilidade. As provas testemunhais coletadas pelo promotor revelam que a entrega de remédios excepcionais a doentes, ordenada anteriormente pela Justiça em ações cíveis em favor dos pacientes, não era cumprida, ou executada apenas parcialmente.

A representação poderá resultar em uma ação penal contra o secretário de Saúde, com

ajuizamento da ação pelo procurador-geral, no início da próxima semana.

No período de setembro a dezembro deste ano, Bisol colheu 43 depoimentos de pessoas que aguardavam receber, por ordem judicial, medicamentos excepcionais, como o *Interferon Peguilado*, para hepatite, e não viam a ordem ser cumprida. Muitas não chegaram a receber os remédios, algumas, os obtinham em atraso. Outras ainda tinham acesso aos medicamentos apenas em meses alternados.

Para Bisol, essa é a maneira que a Secretaria encontrava de burlar a Justiça.

– O secretário precisa en-

tender que o cumprimento parcial de medida judicial é, em contrário senso, o descumprimento parcial da medida. Ou seja, é crime de responsabilidade, sim – afirmou o promotor.

## Relatório da força-tarefa reforça denúncia contra a Secretaria

O secretário de Saúde Arnaldo Bernardino preferiu não comentar o assunto.

A denúncia contra a Secretaria de Saúde se sustenta nas conclusões do relatório conjunto produzido por represen-

tes do Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do PROSUS, Tribunal de Contas do DF e Tribunal de Contas da União. Essa força-tarefa contou com a ajuda de auditores do Ministério

da Saúde. O grupo trabalha desde desde fevereiro último. O resultado do trabalho originou um relatório de mais de 500 páginas, apontando irregularidades, omissões e improbidades administrativas da Secretaria.

Foram citados como exemplo das omissões, os óbitos ocorridos ao longo do ano, por falta de equipamento, como respirador, antibióticos e vagas na UTI. O Ministério Público solicitou abertura de inquérito à Câmara Criminal da Procuradoria da República para apurar a responsabilidade pelas mortes. O relatório será enviado ao ministro da Saúde, Humberto Costa, com as recomendações sobre o que deverá ser mudado em 2004.

paula.bittar@jb.com.br